

REGIÃO DO JURUÁ

“A vida do povo é um inferno”

Segundo os integrantes do Projeto Kulina de Tefé e do Projeto Deni, as condições de existência dos povos indígenas do rio Juruá estão cada vez mais difíceis

Até o final do século passado, antes do período áureo da exploração da borracha, dezenas de povos indígenas habitavam a região do rio Juruá, oeste do Estado do Amazonas. O contato com as frentes extrativistas reduziu essa população a cerca de 1 mil e 500 índios Kulina, Katukina, Deni e Kanamari. Hoje eles passam fome, enquanto a Fundação Nacional do Índio assiste, de braços cruzados, o saque de inúmeras toneladas de peixes de seus rios e lagos, e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis Naturais (Ibama) apenas presencia o roubo de madeiras.

A situação dos habitantes do Juruá foi relatada por integrantes das equipes do Conselho Indigenista Missionário que integram o Projeto Kulina de Tefé e Projeto Deni, durante a 11ª assembleia do regional Norte II do Cimi, realizada entre os dias 28 de janeiro e 1º de fevereiro, em Belém do Pará. Segundo o seu relato, “a vida do povo que habita o rio é um verdadeiro inferno”.

Nos últimos três anos, intensificou-se a presença de pescadores (empresários da pesca) na região, que utilizam-se de meios predatórios para abastecer os mercados de Manaus e outros Estados do Norte. Entre setembro e outubro do ano passado, cinco barcos saíram de um lago da aldeia Cumarú, dos Kulina, com 19 toneladas de tambaqui e pirapitinga e quatro toneladas de diversas espécies menores. “Essa situação é do conhecimento da Funai, que não toma providências para a definição dos limites do território indígena de modo que os índios possam defendê-lo” — acusam os indigenistas.

Eles afirmam ainda que a pesca predatória tem o aval de seringueiros e ribeirinhos, que alegam ter arrendado as terras indígenas, e se sentem no direito de retirar delas o que quiserem e permitir a entrada dos pescadores, repartindo parte dos lucros do pescado. “Em troca os índios recebem cachaça e pequenos favores”, denunciam os membros do Cimi.

Não tendo assegurado até hoje o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam e o usufruto de suas riquezas, os índios da região vivem agredidos pela invasão de seu território também pelos exploradores de madeira. Segundo os integrantes do Projeto Kulina de Tefé e do Projeto Deni, o extrativismo ilícito é feito sem que o Ibama impeça. O relatório apresentado na assembleia do Cimi/Norte II, no entanto, não esclarece a respeito da quantidade de madeira levada da área indígena.

Estratificação social

Como há 50 anos, permanece na

região o modelo onde o patrão, ou seringalista (proprietário dos seringais), detém o controle absoluto sobre a vida dos seringueiros. De acordo com os indigenistas do Cimi, a região do baixo Juruá é praticamente monopólio da família Litaiff, descendentes de turcos, que se dizem donas de quase todas as terras. Os seringueiros são submetidos a eles, num regime de dependência que resulta numa situação de miséria muito grande.

Na região predomina a antiga política dos “coronéis de barranco”, onde os seringalistas ou os grandes proprietários de terras administram currais eleitorais, obrigando a população a eleger seus candidatos sob ameaça de perderem pequenos favores. Não existem organizações populares e a Igreja local desincentiva ações semelhantes às praticadas pelo Cimi e Comissão Pastoral da Terra.

Neste contexto de pobreza, florescem as doenças. Segundo a própria Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, a região possui o maior índice brasileiro de hepatite tipo B, além de doenças de pele, hanseníase, malária, tuberculose, diarreia anêmica e desnutrição. Existem três tipos de hepatite transmitida por vírus, a tipo B é a mais grave delas, podendo tornar-se crônica, transformando-se em cirrose hepática — que é a transformação do fígado num tecido fibroso que prejudica o funcionamento do órgão e pode levar o indivíduo à morte.

O atendimento às populações do rio Juruá se restringe às sedes dos



Walter Sass

Rapaz Kulina



Egon Heck

Crianças Deni

municípios, e em condições precárias. A Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) é o único órgão do governo que está presente na área, mesmo sendo insuficiente, limitando-se a viagens esporádicas e sem nenhum acompanhamento sistematizado.

Baixo Juruá

A região do baixo Juruá abrange todo o município de Juruá e é habitada basicamente por seringueiros descendentes dos nordestinos que imigraram durante o ciclo áureo da borracha e pelos índios Kulina. A produção regional é a borracha, produzida durante o ano inteiro, o Pirarucu (vendido em mantas secas) e a madeira, que, segundo os indigenistas do Cimi, tem sido uma das exigências dos patrões, como uma das formas de seus “endividados” (seringueiros) pagarem suas dívidas e adquirirem saldos para a compra de novas mercadorias.

Como há meio século, os seringueiros ainda compram suprimentos nos chamados “barracões”, que pertencem aos seringalistas. Os seringueiros compram os produtos por preços inflacionados em regime de “caderno” (fiado), mantendo-se deste modo eternamente em débito com o patrão.

Assembleia do Cimi

A 11ª assembleia do Cimi/Norte II reuniu representantes das equipes de Marabá e do Xingu. O trabalho destinou-se exclusivamente aos indigenistas, para encaminhamentos da organização interna do regional e para se ter um levantamento geral

da realidade indígena da região. Incluiu-se nos debates uma análise a respeito da Constituinte Estadual e sobre os resultados práticos da organização indígena.

Segundo o Cimi/Norte II, as assembleias indígenas “deram um impulso notável para a organização indígena”. Nestas assembleias, que vêm acontecendo em todo o País desde 1974, o tema defesa e recuperação da terra está sempre presente.

Entre os relatos feitos pelos representantes de equipes nas áreas indígenas, destacou-se a situação dos Arara, da Área Indígena Arara, na rodovia Transamazônica, a 75 quilômetros de Altamira. Em novembro de 1988, o presidente do Cimi, Dom Erwin Krautler denunciou que esses índios estavam ameaçados de extinção, devido à invasão de 2 mil colonos às suas terras. Até hoje a situação não foi resolvida. Os colonos estariam dispostos a se retirar do território indígena, mas exigem que o Governo Federal lhes garanta o reassentamento em outro local.

A assembleia levantou problemas a respeito de invasões por garimpos, projetos econômicos do governo, problemas consequentes do Calha Norte e da demora da Funai em demarcar as terras indígenas. Os Munduruku, da Área Indígena Munduruku, município de Itaituba, por exemplo, estão lutando pela demarcação de sua área. Em 1912 chegaram a sofrer perigo de extinção, hoje são 540 índios. O contato com outros povos os tem ajudado a recuperar sua cultura. Suas terras estão invadidas por garimpeiros que trouxeram-lhes alguns registros de hepatite, malária e casos raros de doenças venéreas.

Os 3 a 4 mil índios do Oiapoque, no Amapá, também estão esperando a demarcação de suas terras. O Projeto Calha Norte construiu duas pistas de pouso (hoje abandonadas) no território dos índios Galibi e Palikur, e, segundo o regional Norte II, insiste na criação de fazendas onde assentaria índios e colonos.

Segundo a análise de conjuntura feita pelos indigenistas, os índios têm resistido às pressões da sociedade envolvente fortalecendo sua identidade cultural, lutando pela demarcação de suas terras, expulsando invasores e debatendo os problemas comuns nas assembleias que reúnem diversas nações. “Por exemplo, o grande Encontro dos Povos Indígenas no Xingu, realizado pelos Kayapó, em fevereiro de 1989, em Altamira, denunciou a situação dos índios para o mundo inteiro. O que se percebe claramente é que os índios têm sido sujeitos de sua luta”, afirma o relatório final da assembleia do Cimi.